

Utilização de provisões para a prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras

Laurindo Panucci-Filho (FURB/UFPR) - Brasil

E-mail: laurindopanucci@hotmail.com

Andréia Carpes Dani (FURB/UFPR) - Brasil

E-mail: andreiacarpesdani@gmail.com

Cleston Alexandre dos Santos(FURB/UFPR) - Brasil

E-mail: cleston.alexandre@hotmail.com

Roberto Carlos Klann (FURB) - Brasil

E-mail: rklann@furb.br.

Resumo: Este estudo objetivou analisar se a constituição de (1) provisões para garantias, para (2) benefícios a empregados e para (3) riscos fiscais estão sendo utilizadas para provocar algum efeito de *accruals* específicos, que evidenciem a prática de Gerenciamento de Resultados (GR). A amostra foi composta por empresas listadas na BM&FBovespa com dados trimestrais de 2011 a 2015, de três formas: a primeira por empresas com provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços, contemplando 225 observações; uma segunda com empresas que possuem provisão para benefícios a empregados, perfazendo 321 observações; e por fim, as que tinham provisão para riscos fiscais, contendo 2.432 observações. Os dados foram analisados utilizando regressão de dados em painel, a partir dos modelos de McNichols e Wilson (1995), Martinez (2006) e Fasolin e Klann (2015). Os resultados apontam que as provisões para garantias são explicadas pelo endividamento e valor dos estoques; as provisão para benefícios a empregados são explicadas pelo endividamento, tamanho e pelo valor das obrigações sociais; e as provisões para riscos fiscais são explicadas pela variação do lucro líquido. Conclui-se que os modelos 1 e 2 apontam para práticas de GR, enquanto o modelo relativo à provisão para riscos fiscais mostrou fraco poder explicativo.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados; *Accruals* específicos; Provisões passivas.

Área: AT3 – Contabilidade Financeira e Finanças

1.INTRODUÇÃO

Alternativas de gestão que motivam os administradores das empresas a gerenciar seus resultados contábeis voltados a interesses particulares são frequentes na literatura internacional. No Brasil, a temática tem sido investigada sob diversos enfoques, a partir do trabalho de Martinez (2001), que comprovou por meio de evidências estatísticas, que as empresas operantes em mercado de capitais encontram uma série de argumentos para gerenciarem seus resultados.

Na literatura internacional o gerenciamento de resultados é visto como o manejo artificial de informações contábeis, com propósitos de alterar o resultado do período, que nem

sempre expressa a realidade do negócio. Isso faz com que investidores, autoridades reguladoras, empresas de auditoria, gestores e executivos fiquem alertas com relação à assimetria da informação, no âmbito da tomada de decisões (Martinez, 2001; Coelho & Lima, 2009).

Martinez (2006) salienta que a panorâmica da pesquisa em contabilidade, no âmbito do gerenciamento dos resultados contábeis, é considerada uma área crítica no estudo contábil contemporâneo, pela discricionariedade com que os gestores manipulam algumas informações contábeis. No entanto, são duas situações que exigem atenção: a prática não é necessariamente fraude contábil; e há possibilidades de operar obedecendo aos parâmetros da legislação contábil.

Tendo em vista que um dos objetivos do gerenciamento de resultados é auxiliar na redução da variabilidade dos lucros (Martinez, 2006), e que as normas contábeis facultam certa discricionariedade, os gestores se valem de pontos omissos para realizarem escolhas, caracterizando o gerenciamento de resultados como alteração proposital para atender interesses particulares. Desse modo, pode ser realizado, por exemplo, por meio das provisões para devedores duvidosos e depreciação (Deangelo, 1988; McNichols & Wilson, 1988). Assim, o crescimento do interesse pela temática no Brasil tem sido constante e avança por diversas áreas, com a utilização de diferentes abordagens metodológicas.

Três são as abordagens metodológicas da literatura contábil para evidenciar a prática de gerenciamento de resultados: análise de distribuição de frequência, análise de *accruals* específicos e análise de *accruals* agregados (Goulart, 2007; Fasolin & Klann, 2015). Existem diversos modelos de gerenciamento de resultados com estimação dos *accruals* discricionários, como, por exemplo, Healy (1985), Jones (1991), Jones Modificado (Dechow et al., 1995), KS (Kang & Sivaramakrishnan, 1995) e Pae (2005) (Melo & Paulo, 2011). Porém, existem também outras abordagens para analisar o comportamento discricionário dos *accruals*, como, por exemplo, a análise de *accruals* específicos (Martinez, 2001). Uma alternativa para a abordagem de *accruals* agregados seria a utilização de *accruals* específicos ou contas específicas. Essa abordagem possibilita a análise do comportamento discricionário dos *accruals* baseado em modelos que usaram *accruals* desagregados (Santos & Paulo, 2006).

Esta pesquisa visa investigar a prática de gerenciamento de resultados utilizando os *accruals* específicos, assim como Martinez (2006) e Fasolin e Klann (2015), pois estes permitem identificar a tendência discricionária dos gestores em contas específicas (Martinez, 2001). Nesse contexto, o gerenciamento pode ser entendido como uma forma de interferência de interesses específicos dos preparadores de demonstrações contábeis no conteúdo ou na forma de apresentação e divulgação de informações contábil-financeiras (Goulart, 2008).

O estudo realizado por McNichols e Wilson (1988) propõe uma estrutura que serve para detecção de gerenciamento de resultados por meio dos *accruals* específicos, no qual foram incluídas variáveis como os *accruals* discricionários reais, bem como um conjunto de variáveis que capturam os fatores que presumidamente motivam o gerenciamento dos *accruals* na empresa. Healy e Wahlen (1999, p. 372) apontam que existem poucas evidências do gerenciamento de resultados utilizando contas específicas (*specific accruals*), e que por meio do exame dessas contas os pesquisadores podem auxiliar "órgãos responsáveis pela definição de padrões, relativamente a áreas em que as normas funcionam bem e onde há espaço para melhorias", além de serem úteis para o desenvolvimento de modelos mais robustos de acumulações.

Estudos anteriores consideraram contas específicas para o cálculo do gerenciamento de resultados, como Goulart (2007), Joia (2012) e Fasolin e Klann (2015), porém, não foram

encontradas pesquisas que tenham considerado as contas provisão para benefícios a empregados, provisão para garantias e provisão para riscos fiscais. Diante desses argumentos, surge a seguinte questão de pesquisa: *Em que medida as provisões podem ser potenciais contábeis para a prática de gerenciamento de resultados por parte das empresas?* O objetivo do artigo visa analisar se a constituição de provisões está sendo utilizada pelas empresas para provocar algum efeito de *accruals* específicos, que evidenciem a prática de gerenciamento de resultados.

Esta pesquisa se justifica porque a temática que abrange o gerenciamento de resultados de *accruals* específicos é ainda incipiente (Roychowdhury, 2006; Cohen *et al.*, 2011). No Brasil, ressalta-se os estudos de Goulart (2007), Rodrigues (2007), Rodrigues e Martins (2010), Stubben (2010), Joia (2012) e Fasolin e Klann (2015). Diante disso, busca-se contribuir para a literatura da área no sentido de ampliar a discussão relacionada a *accruals* específicos por meio da adaptação do modelo proposto por McNichols e Wilson (1988).

Em função das particularidades das contas de provisões, surgem as oportunidades para gerenciar os *accruals* específicos com o propósito de melhorar parâmetros de solvência e reduzir pagamentos dos impostos (Rodrigues & Martins, 2010). Compreender os fatores que levam as empresas a constituir provisões a fim de obter vantagens com o gerenciamento de resultados pode ser importante pela obrigatoriedade da contabilidade em atender a um público específico, que exige informação de acordo com as regras legais e fiscais brasileiras e, de outro, usuários da informação contábil que transitam em cenários internacionalizados, buscando um padrão que seja condizente com seus investimentos, exigindo que a contabilidade proporcione transparência e confiabilidade aos informes reportados. A possibilidade de manipulação dos resultados contábeis, por meio de uma alternativa artificial sobre ativos específicos, torna-se importante para os *stakeholders* tomarem conhecimento de quanto essa decisão poderá influenciar seus negócios de maneira positiva ou não.

Além disso, o grande diferencial desta pesquisa centra-se no fato de que é possível conduzir a metodologia por meio do desenvolvimento de modelos econométricos mais compatíveis com as hipóteses da pesquisa, em virtude de serem consideradas contas individuais para análise de *accruals* específicos (Rodrigues & Martins, 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gerenciamento de Resultados por *Accruals* Específicos

O gerenciamento de resultados é conceituado por Martinez (2001) como uma alteração proposital dos resultados contábeis (intencional), visando alcançar ou atender uma motivação particular. O gerenciamento de resultados contábeis ocorre quando os administradores usam de julgamento nas informações e transações para modificar os demonstrativos financeiros, seja para alterar a percepção dos *stakeholders* sobre as atividades da entidade, ou alcançar o resultado esperado (Martinez, 2006). No Brasil, Martinez (2001) é considerado o precursor no estudo do gerenciamento de resultados contábeis.

Dentre os modelos desenvolvidos para mensurar o gerenciamento de resultados encontram-se a análise dos *accruals* agregados, dos *accruals* específicos e análise de histograma (Martinez, 2001; Santos & Paulo, 2006; Goulart, 2007).

Na análise dos *accruals* agregados existe a necessidade de separá-los em: discricionários, que objetivam somente manipular o resultado contábil; e *accruals* não discricionários, que são inerentes às atividades da empresa (Santos & Paulo, 2006). A análise

de *accruals* agregados busca medir o grau de discricionariedade dos diretores de empresas sobre a informação contábil reportada. Em comparação, "a análise de *accruals* específicos enfoca contas individuais sobre as quais os diretores de empresas podem exercer sua discricionariedade. O grande diferencial das pesquisas empíricas conduzidas por essa metodologia é possibilitar o desenvolvimento de modelos econométricos mais compatíveis com as hipóteses de pesquisa" (Rodrigues & Martins, 2010, p. 50). Desse modo, a análise do gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos diferencia-se dos demais modelos, pois analisa as contas específicas, oportunizando o desenvolvimento de um modelo mais compatível e adequado ao problema que está sendo investigado (Martinez, 2001).

De modo geral, observa-se que nos modelos de *accruals* agregados é necessário separar os discricionários dos não discricionários e, apesar de diversos modelos existentes, todos possuem limitações destacadas pela literatura. Tal fato pode representar uma vantagem para os modelos de *accruals* específicos, que não possuem essa limitação (Kang & Sivaramakrishnan, 1995).

Martinez (2013) aponta que a utilização de *accruals* específicos está associada a circunstâncias particulares, indústria específica e padrões contábeis em determinado setor, no qual é provável que sejam manipulados mediante uso de flexibilidades para reportar os resultados. Desse modo, a análise de *accruals* específicos enfoca contas individuais sobre os quais os diretores das empresas podem exercer sua discricionariedade (Rodrigues & Martins, 2010).

A utilização da abordagem de gerenciamento por *accruals* específicos teve início com o estudo seminal de McNichols e Wilson (1988) (Baptista, 2009; Joia, 2012). Entre as vantagens dessa metodologia, situa-se o fato de que os investigadores conseguem desenvolver uma intuição muito particular sobre os fatores-chaves que influenciam o comportamento daquele *accrual* específico. O problema é que a gestão pode usar sua discricionariedade e fazer escolhas contábeis com outros *accruals*, o que comprometeria a generalização dos resultados. A "funcionalidade plena desta abordagem exige como prerrogativa que a firma tenha um *accrual* específico muito relevante, e com poucas alternativas para gerenciar seus resultados" (Martinez, 2013, p.14-15).

McNichols e Wilson (1988) foram pioneiros nos estudos relacionados ao gerenciamento de resultados por *accruals* específicos, buscando verificar se ocorreu a manipulação de resultados pelo uso de provisão para devedores duvidosos em empresas financeiras. Os resultados apontaram que as empresas financeiras gerenciavam resultados pelo aumento da provisão para devedores duvidosos.

Melo e Paulo (2011, p. 15) ressaltam que o modelo proposto por "McNichols e Wilson (1988) para detectar o gerenciamento de resultados, não incorpora a interação entre as diversas formas de práticas discricionárias e os custos associados à manipulação das informações contábeis".

Martinez (2001; 2006) utilizou o modelo de contas específicas para analisar uma amostra de empresas brasileiras no período entre 1995 a 1999. O estudo buscou investigar se as companhias abertas brasileiras gerenciavam os seus resultados com o propósito de reduzir a sua variabilidade. Para a análise de contas específicas considerou grupos de contas que incluíam: despesas com provisão para devedores duvidosos; lucro líquido, endividamento, contas a receber, despesas com depreciação, ativo imobilizado e receitas não-operacionais. O estudo apontou que, no momento de decidir pelo montante de despesas a ser reconhecido, a preocupação com a redução da variabilidade dos resultados era um fator condicionante.

Goulart (2007) analisou se as contas específicas como operações de crédito, títulos e valores mobiliários e derivativos estavam sendo utilizadas para a suavização de resultados em instituições financeiras. Para tanto, utilizou dos *accruals* específicos para o cálculo do gerenciamento de resultados. Os resultados apontaram que a suavização de resultados era mais forte nas operações de crédito por meio da provisão para devedores duvidosos e dos derivativos.

Mais recentemente, o estudo de Fasolin e Klann (2015) buscou avaliar a utilização de *accruals* específicos para fins de gerenciamento de resultados (GR) em empresas familiares brasileiras, com base na despesa de depreciação. A amostra contemplou 171 empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa nos anos de 2006 a 2013. Os resultados apontaram que no grupo familiar houve indício de práticas de GR, por não ter sido encontrada uma relação significativa entre as despesas de depreciação e o ativo imobilizado das empresas. Porém, não foi possível confirmar que o gerenciamento de resultados por meio do *accruals* específicos de depreciação, observado nas empresas familiares, difere daquelas não familiares.

De modo geral, os estudos correlatos que buscaram analisar empiricamente o gerenciamento de resultados por meio de contas específicas, controlaram os efeitos de algumas contas específicas, apurando os seus impactos sobre a variabilidade dos resultados, a exemplo de despesas de depreciação, provisão para devedores duvidosos e resultados não operacionais (Martinez, 2006). Diante disso, poderiam ser analisadas outras contas específicas que receberam pouco destaque pela literatura da área até o momento, em especial no que tange aos estudos nacionais, como as contas de provisões passivas, provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços, provisão para benefícios a empregados e provisão para riscos fiscais.

2.2 Provisões Passivas e Fundamentação das Hipóteses

Em outubro de 2005 a Deliberação CVM nº 489 aprovou e tornou obrigatório, a partir de 1º de janeiro de 2006, para as companhias abertas, o Pronunciamento NPC nº 22, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sobre Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas. O presente pronunciamento já evidenciava a necessidade de convergência para as práticas contábeis internacionais da IAS 37 e estabeleceu critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação aplicáveis às operações enquadradas na norma (Judicibus *et al.*, 2010).

Posteriormente, em 15 de setembro de 2009, a Deliberação CVM nº 594 revogou a Deliberação CVM nº 489/05 e tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 25 às companhias abertas a partir do exercício financeiro de 2010. O CPC 25 tem como objetivo central assegurar que os critérios de reconhecimento sejam observados, e ainda, quando possível, os critérios de mensuração adequadamente utilizados. O presente pronunciamento estabelece também que seja divulgado o mínimo de informações em notas explicativas que possibilite o entendimento da natureza, oportunidade e valor de tais elementos por parte dos usuários quanto aos procedimentos para registro, mensuração e divulgação das provisões, contingências passivas e ativas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 25, estabelece que as provisões devem ser reconhecidas como passivos se satisfizerem a definição de passivo, a probabilidade de ocorrência do evento futuro é relativamente elevada e a perda contingente pode ser razoavelmente estimada. De acordo com Pereira (2007), caso não seja possível determinar a melhor estimativa com confiabilidade razoável, é necessário considerar o passivo como contingente, mas ao atender os critérios estabelecidos pelo CPC 25, alguns

fatos podem gerar o reconhecimento de provisões, tais como (Iudícibuset *al.*, 2010; Ferrari, 2013): Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; Provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços; Provisão para benefícios a empregados (Pronunciamento Técnico CPC 33); Provisão para reestruturação; Provisão para danos ambientais causados pela entidade; Provisão para compensações ou penalidades por quebra de contratos; Provisão para compensações ou penalidades por quebra de contratos (contratos onerosos); Provisão para contratos de construção (Pronunciamento Técnico CPC 17).

Dentre os fatos acima que podem gerar o reconhecimento de provisões, os mais comuns de serem reconhecidos nas demonstrações contábeis das organizações são a existência de ações judiciais, com a exigência do pagamento de autuações fiscais, como também as reclamações trabalhistas, benefícios a empregados ou indenizações a fornecedores ou clientes (Iudícibus *et al.*, 2010). Pesquisa realizada pela Ernest & Young em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) aponta que a maior parte das provisões é proveniente de obrigação decorrente de processos judiciais (Ernest & Young; Fipecafi, 2011). Devido a provisão para riscos fiscais; provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços; e provisão para benefícios a empregados serem as mais comuns nas demonstrações contábeis das organizações, estas foram consideradas como objeto de análise da presente pesquisa.

Pesquisas tem sido desenvolvidas explorando diferentes vertentes das provisões passivas ou passivos contingentes. Gleason e Mills (2002) investigaram os fatores explicativos das decisões de organizações em reconhecer ou evidenciar contingências passivas tributárias. A análise levou em consideração 100 organizações durante o período de nove anos. Os achados apontaram evidências de que as organizações pesquisadas optaram por não divulgar contingências tributárias que ultrapassassem uma regra geral de 5% da receita no período.

Graham, Harvey e Rajgopal (2005) realizaram uma pesquisa em que descreveram as escolhas dos CEOs relacionadas com a comunicação de números contábeis e divulgação voluntária. A partir desse trabalho se notou um crescente interesse por modelos que identifiquem o gerenciamento de resultados por meio de decisões operacionais. Os autores relataram que a pesquisa identificou diversas formas de “gerenciamento de resultados” conduzida pelos administradores, no intuito de evidenciar ao mercado lucros ou resultados atrativos. Nesse estudo, a maioria dos CFOs preferiam ganhos constantes e que o lucro, e não fluxos de caixa, era a métrica considerada fundamental de ganho por terceiros, investidores.

Paulo, Martins e Corrar (2007) exploraram o gerenciamento de resultados por meio de imposto de renda diferido, fazendo uso das práticas no Brasil e nos Estados Unidos. O estudo revelou que o diferimento tributário não aumentava o poder preditivo dos modelos que serviram de base para sua análise, tendo como argumento que os incentivos que levavam à prática do gerenciamento de resultado nos Estados Unidos não eram similares ao do Brasil, e ainda, na época as normas do Brasil apresentavam-se como mais flexíveis do que as normas dos Estados Unidos.

No estudo de Ribeiro (2012) foi analisado a existência de indícios de possibilidade de prática de gerenciamento de resultados (GR) via provisões relacionadas com o contencioso legal. Os resultados mostraram que devido ao intrincado sistema tributário nacional, existia a possibilidade de gerenciamento de resultados via constituição de provisões. Martinez e Sonegheti (2015) estudaram a evidenciação das provisões e contingências tributárias, cujos achados revelaram que a evidenciação das informações de provisões e contingências tributárias eram influenciadas diretamente pelo tamanho da empresa e pelas receitas.

A literatura tem mostrado também evidências e oportunidades para a utilização de provisões para a prática de resultados específicos em empresas brasileiras. Ribeiro (2012) destaca que o ambiente de incertezas e subjetividade é propício para a prática de gerenciamento de resultados. O autor menciona ainda que a divulgação de mecanismos de gerenciamento de resultados tende a influenciar na redução de assimetrias de informações entre os vários agentes. Quanto à provisão para garantias, pode ser uma conta contábil utilizada para manipular os lucros em determinados períodos, em função que essa incumbência diz respeito a políticas internas de cada empresa. Portanto, uma variação na constituição dessa provisão pode gerar um reflexo nos lucros da companhia.

A constituição de provisão para garantias segue a tendência de gerenciamento de resultados por meio de atividades reais apontada por Roychowdhury (2006), em que se utiliza operações das atividades, tais como a garantia de produtos vendidos pela empresa, para a melhoria da qualidade dos lucros (Dechow, Ge & Schrand, 2010). Roychowdhury (2006) define a manipulação de atividade real como uma ação de gestão que se afasta das práticas comerciais normais, mas realizada com o objetivo de atender a determinados objetivos de ganhos.

Cohen et al. (2011) relatam que são poucos os estudos que abordam os aspectos contábeis da garantia de produtos. Os autores visaram identificar qual era a percepção do mercado com relação à divulgação de informações de garantias de produtos nas demonstrações financeiras, e se os gerentes utilizavam a contabilização de garantias com meio oportunista de melhorar os resultados em curto prazo. Como achados, evidenciaram que as organizações com incentivos a gerenciar resultados reconheciam menores valores com garantias para atingir suas metas.

Os gestores também podem gerenciar resultados utilizando a conta de benefícios a empregados de uma forma limitada, uma vez que neste item devem ser contemplados benefícios legais e aqueles decididos em assembleia, ou seja, não podem aumentar ou diminuir o valor desta provisão livremente. No entanto, cabe testar a suposição feita por Cohen *et al.* (2011), de que os investidores veem a constituição desta provisão como positivo para a empresa.

Em questões tributárias, Tang (2005) destaca que a carga tributária correspondente a altas taxas de impostos corporativos, reflete em baixo lucro após os encargos tributários, já que os impostos reduzem o fluxo de caixa e impactam de forma negativa no retorno do investimento das organizações, o que sugere que os gestores encontrem alternativas nos meios legais que amenizem a carga tributária nas operações inerentes às atividades operacionais. No contexto acima e com base na literatura, Tang (2005) focou na deficiência existente nas pesquisas sobre as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (BTD), e assim, fez uso da medida BTD anormal para identificar o gerenciamento de resultados contábeis e/ou de tributos no cenário das organizações chinesas.

Formigoni et al. (2012) argumentam que a tributação na contabilidade apresenta evidências de que as organizações têm incentivos para o gerenciamento de resultados com a finalidade de redução da carga tributária. Assim, os autores sugerem que os administradores apresentam comportamento discricionário sobre os componentes patrimoniais e de resultado voltados à redução do lucro tributável por meio das escolhas contábeis, e dessa forma, o lucro tributável influencia os *accruals* no resultado contábil das organizações.

Ribeiro (2012) argumenta que devido o Brasil ter uma legislação tributária complexa, implica em gerar obrigações tributárias, trabalhistas e cíveis que acabam sendo alvo de disputas administrativas e judiciais. Assim, a compreensão de possíveis práticas de

gerenciamento de resultados com o uso do contencioso legal tende a acarretar uma análise mais crítica por parte dos usuários das demonstrações contábeis ao analisar as contas.

Portanto, a constituição das provisões passivas pode afetar o lucro distribuível, refletindo um cenário desfavorável para a empresa e que poderá gerar uma percepção negativa entre os investidores. Assim, os investidores podem perceber que a empresa não tem suas ações voltadas para a transparência, uma vez que as causas cíveis e trabalhistas são oriundas da não conciliação entre algumas das partes envolvidas nas negociações com a empresas, funcionários ou comunidade.

Diante desse contexto e do fato das organizações com incentivos a gerenciar resultados reconhecem menores valores com garantias para atingir suas metas (Cohenet *al.*, 2011); e que as provisões são influenciadas pelo tamanho (Oliveira, Benetti & Varela, 2011; Fonteles *et al.*, 2014); endividamento (Fernandes, 2015); e rentabilidade (Oliveira, Benetti & Varela, 2011; Fonteles *et al.*, 2014; Fernandes, 2015); que organizações apresentam tendência para não divulgarem contingências tributárias quando estas ultrapassem uma regra geral de 5% da receita no período; e de que as provisões tributárias são influenciadas diretamente pelo endividamento (Fernandes, 2015), pela alavancagem (Chavent *et al.*, 2006) e pelas receitas (Martinez & Sonegheti, 2015), surgem as seguintes hipóteses para testar as variáveis de provisões passivas:

H_1 = *As companhias brasileiras gerenciam os seus resultados por accruals específicos utilizando a conta provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços.*

H_2 = *As companhias brasileiras gerenciam os seus resultados por accruals específicos utilizando a conta provisão para benefícios a empregados.*

H_3 = *As companhias brasileiras gerenciam os seus resultados por accruals específicos utilizando a conta provisão para riscos fiscais.*

Xiong (2006) evidenciou que o gerenciamento de resultados não deve ser mensurado diretamente, destacando que a literatura disponibiliza modelos operacionais para explorar essa prática. Porém, a utilização de apenas uma forma de detecção de gerenciamento de resultados, por *accruals* específicos, pode representar uma limitação, sendo que fatores contidos ou não no modelo escolhido podem prejudicar os resultados, carregando todas as limitações relacionadas ao modelo de cálculo (Fasolin & Klann, 2015). Para o presente estudo, o modelo utilizado foi adaptado de McNichols e Wilson (1988), que também foi utilizado pelos estudos de Martinez (2006) e Fasolin e Klann (2015), conforme apresentado a seguir no tópico aspectos metodológicos do estudo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A amostra foi constituída de empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa no período de 2011 a 2015. Os dados contábeis para análise foram coletados no banco de dados da Economática®. A Tabela 1 apresenta um resumo da amostra.

As empresas do setor financeiro e de seguros foram excluídas do estudo pelas particularidades que as atividades apresentam, podendo vir a enviesar a análise dos resultados. Esta prática foi adotada por estudos de mesma natureza, sendo assim, optou-se por seguir a mesma regra a fim de permitir comparabilidade (Martinez, 2006; Fasolin & Klann, 2015). As entidades que não possuíam os dados para análise das variáveis utilizadas nos modelos também foram excluídas da amostra. A amostra final foi composta por número de empresas

diferentes para cada modelo, pois nem todas as empresas constituíram as referidas provisões em suas demonstrações financeiras.

Tabela 1 – Composição da Amostra

Tipo de Provisões	Número de Empresas	Número de observações
Provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços	21	225
Provisão para benefícios a empregados	24	321
Provisão para riscos fiscais	176	2.432

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A análise do período compreendido entre 2011 a 2015 foi trimestral. Somente o trimestre de dezembro de 2015 não entrou nos cálculos em função da indisponibilidade da coleta. O método de análise foi o modelo de regressão de dados em painel, utilizando o sistema escalonado para o ordenamento das observações. Somente foram consideradas na análise as observações que possuíam valores possíveis de análise.

Pesquisas realizadas na perspectiva dos *accruals* específicos foram desenvolvidas a partir do modelo de McNichols e Wilson (1995) (JOIA, 2012). A partir desse modelo, definiu-se o modelo de equação de regressão linear múltipla para testar os pressupostos de análise, relacionado às hipóteses de pesquisa elaboradas no referencial teórico, conforme as equações 2, 3 e 4. Este estudo teve como fundamentação básica duas referências que adotaram a metodologia de análise de gerenciamento de resultados, que utilizaram a aplicação de *accruals* específicos para identificar a ocorrência de gerenciamento de resultados por intermédio da conta de devedores duvidosos, despesas com depreciação e receita não operacional (Martinez, 2006), e despesas com depreciação (Fasolin & Klann, 2015). Desse modo, a fim de testar a hipótese H_1 , o modelo 1 de regressão foi desenvolvido:

$$GAR_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 REC_t + \beta_4 EST_t + \beta_5 ROA_t + \beta_{1c} ROE_t + \varepsilon_1$$

Equação (1)

Onde:

GAR_t = é a variável dependente, representada pelo valor da provisão para garantias dividida pelos passivos totais da empresa i , no tempo t ;

VLL_t = variação do lucro líquido trimestral;

END_t = endividamento (exigibilidade) dividido pelo ativo total;

REC_t = receitas líquidas do período divididas pelo ativo total;

EST_t = valor dos estoques dividido pelo ativo total;

ROA_t = lucro líquido dividido pelo ativo total;

ROE_t = lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido.

ε_1 = Resíduos da regressão, acumulação discricionária.

Em seguida, a fim de testar a hipótese H_2 , o modelo 2 de regressão foi desenvolvido:

$$BENPR_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 OBRIGSOCTRAB_t + \beta_4 TAM_t + \beta_5 ROE_t + \beta_{6c} ROE_t + \varepsilon_2$$

Equação (2)

Onde:

$BENPR_t$ = é a variável dependente, representada pelo valor da provisão para benefícios a empregados dividida pelo ativo total da empresa i , no tempo t ;

$OBRIGSOCTRAB_t$ = valor das obrigações sociais e trabalhistas dividido pelo ativo total;

TAM_t = Log10 do ativo total;

ε = Resíduos da regressão, acumulação discricionária.

Em seguida, a fim de testar a hipótese H_3 , o modelo 3 de regressão foi desenvolvido:

$$RISFSC_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 RECLIQ_t + \beta_4 OBRFISC_t + \varepsilon_2$$

Equação (3)

Onde:

$RISFSC_t$ = é a variável dependente, representada pelo valor da provisão para riscos fiscais dividido pelo passivo total da empresa i , no tempo t ;

VLL_t = Variável independente, representada pela variação do lucro líquido trimestral;

END_t = Variável independente, representada pelo endividamento(exigibilidade) dividido pelo ativo total;

REC_t = Variável independente, representada pela receita líquida dividida pelo ativo total.

$OBRIGFISC_t$ = valor das obrigações fiscais dividido pelo passivo total;

ε = Resíduos da regressão, acumulação discricionária.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas, mínimo, máximo, média, mediana e desvio padrão das variáveis em análise.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas das provisões passivas

Provisão	Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Garantias	GAR	225	0,0000	0,0809	0,0081	0,0046	0,0125
	VLL	225	0,6021	6,3229	4,4517	4,5506	0,7797
	END	225	0,2604	2,9831	0,8097	0,6643	0,4908
	EST	225	0,0000	0,6917	0,1876	0,1719	0,1491
	ROA	225	-0,4993	0,5425	-0,0017	0,0080	0,1052
	ROE	225	-4,9646	6,3207	0,0621	0,0426	0,8421
	REC	225	0,0020	1,2556	0,3320	0,2563	0,2682
Benefícios a Empregados	BENPR	321	0,0001	0,3319	0,0482	0,0096	0,0766
	VLL	321	-6,6000	6,6400	1,2029	3,6705	4,3436
	OBRIGSOCTRAB	321	0,0000	0,0697	0,0142	0,0106	0,0127
	END	321	0,0420	2,7538	0,6297	0,5831	0,3944
	TAM	321	4,3695	8,0327	6,4101	6,4810	0,8847
	ROE	321	0,0002	10,4710	0,1780	0,0444	0,8601
Riscos Fiscais	RISCFSC	2.432	0,0000	6,6125	3,9368	3,9768	1,0456
	END	2.432	0,0016	8,0646	0,2768	0,2237	0,3632
	REC	2.432	0,0001	11,7614	0,4442	0,3253	0,4977
	OBRIFISC	2.432	0,0000	0,8311	0,0227	0,0125	0,0441
	VLL	2.432	0,0000	7,3839	4,5128	4,5979	0,9852

Legenda: GAR = Provisão para garantias; BENPR = Provisão para benefícios a empregados; RISCFSC = Provisão para riscos fiscais; VLL = Variação do lucro líquido; END = Endividamento; EST = Estoques; ROA = Retorno sobre os ativos totais; ROE = Retorno sobre o patrimônio líquido; REC =

Receitas líquidas;SOCTRAB = Obrigações sociais e trabalhistas; TAM = Tamanho da empresa; OBRIFISC = Obrigações Fiscais.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com base na Tabela 2, na análise das variáveis do grupo garantias, pode-se verificar que várias empresas demonstraram variação de valor em relação à média de 0,0081, pois o desvio padrão demonstrou-se elevado. Foi observado também que no END há uma diferença mais significativa entre mediana e a média, o que indica tendência para série assimétrica. Nenhuma variável apresentou valores iguais para a média e mediana, porém, próximos. Já a variável GAR apresentou valores muitos próximos, o que sugere uma série mais simétrica. Os indicadores do grupo garantias com maiores desvio-padrão foram ROE e VLL, com valores de 0,8421 e 0,7797, respectivamente. Em contrapartida, o indicador que apresentou menor desvio-padrão nas empresas analisadas foi a GAR, que corresponde a provisão para garantias. Para este indicador o desvio padrão foi de 0,0125.

Nas variáveis do grupo benefícios a empregados, as variáveis VLL e ROE foram as que apresentam maiores diferenças entre mediana e média, o que aponta tendência para séries assimétricas. Os resultados mostram que nenhuma variável desse grupo apresentou valores iguais para média e mediana. Quanto ao desvio padrão, as variáveis com maiores valores do grupo em análise foram VLL, TAM e ROE. Já a variável SOCTRAB foi a que apresentou menor valor, com desvio padrão de 0,0127. Sobre o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), demonstrou valores mínimos de 0,0002 e máximo de 10,4710, com desvio padrão (0,8601) superior à média (0,1780), o que demonstra elevada dispersão dos valores de retorno sobre o patrimônio líquido entre as empresas analisadas.

Por fim, na análise das variáveis do grupo provisão para riscos fiscais, é observado que a variável REC apresenta uma diferença significativa quando comparado com as outras variáveis do grupo de análise, o que sugere série assimétrica. Além disso, não foi constatado que as demais variáveis possuem valores iguais para média e mediana, mas OBRIFISC é a variável que apresenta valores mais próximos, podendo ser considerada como série simétrica. Foi constatado também que a variável RISCFCSC apresenta estatística descritiva elevada devido à própria escala. A alta variabilidade dessa medida, dada pela observação do desvio padrão, indica que há diferenças significativas entre as empresas pesquisadas. A variação do lucro líquido (VLL) também apontou alta variabilidade, porém, menor do que o RISCFCSC.

A análise de regressão foi o procedimento multivariado utilizado na análise dos dados, em que o modelo de efeitos fixos foi o mais adequado, segundo os testes de adequação, conforme descritos na Tabela 3.

Tabela 3–Análise dos dados e Resultados do modelo

Variáveis	Modelo de Provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços					Modelo de Provisão para benefícios a empregados					Modelo de Provisão para Riscos Fiscais				
	Coefficiente	CE	t	Sig.	VIF	Coefficiente	CE	t	Sig.	VIF	Coefficiente	CE	t	Sig.	VIF
VLL	-0,00000000286	+	-0,24	0,810	0,974320	0,00000000135	+	0,57	0,568	0,998454	0,5294479	+	5,52	0,000	0,980265
END	-0,0025650	-	-1,67	0,095	0,580541	0,0645309	-	5,21	0,000	0,567560	-0,000424	-	-0,03	0,977	0,914263
ROE	0,0002006	+	0,60	0,547	0,983669	0,0011229	+	0,79	0,431	0,974493					
ROA	-0,0070521	+	-1,62	0,105	0,512732										
TAM						-0,0749175	+	-5,24	0,000	0,955310					
OBRIGSOCTRAB						-0,8532056	-	-3,55	0,000	0,558439					
REC	0,0139696	+	7,710	0,808	0,891705						0,002537	+	0,12	0,905	0,957819
EST	-0,0003542	-	-0,24	0,000	0,898184										
OBRIFISC											0,0560608	-	0,18	0,858	0,912277
Constante	0,0207728		5,31	0,000		0,4997333		5,46	0,000		3,78973		53,67	0,000	
Observações	225					321					2432				
F	290,11					23,52					9,15				
Prob> F	0,0001					0,0001					0,0001				
R ² Within	0,5974					0,1856					0,016				
R ² Between	0,0031					0,0328					0,0032				
R ² Overall	0,0391					0,0182					0,0001				
Teste Hausman	$\chi^2 = 4,76$ Sig, $\chi^2 = 0,4462$					$\chi^2 = 28,25$ Sig, $\chi^2 = 0,0001$					$\chi^2 = 238,11$ Sig, $\chi^2 = 0,0001$				
LM de Breusch-Pagan	$\chi^2 = 374,34$ Sig, $\chi^2 = 0,0001$					$\chi^2 = 2090,64$ Sig, $\chi^2 = 0,0001$					$\chi^2 = 9058,46$ Sig, $\chi^2 = 0,0001$				
Modelo	(1) $GAR_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 REC_t + \beta_4 EST_t + \beta_5 ROA_t + \beta_6 ROE_t + \varepsilon$					(2) $BENPR_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 OBRIGSOCTRAB_t + \beta_4 TAM_t + \beta_5 ROE_t + \varepsilon$					(3) $RISFSC_t = \beta_0 + \beta_1 VLL_t + \beta_2 END_t + \beta_3 REC_t + \beta_4 OBRIGFISC_t + \varepsilon$				

Legenda: VLL = Variação no Lucro Líquido; END = Endividamento; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; ROA = Retorno sobre Ativo; TAM = Tamanho da Empresa; OBRIGSOCTRAB = Obrigações Sociais e Trabalhistas; REC = Receita Líquida; EST = Estoques; OBRIFISC = Obrigações fiscais; CE = Coeficiente Esperado.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Verifica-se na Tabela 3 que os 3 modelos apresentaram significância ao nível de 1% (GAR: $\rho < 0,001$, $F=290,11$; BENPR: $\rho < 0,001$, $F=23,52$; RISFSC: $\rho < 0,001$, $F=9,15$). No entanto, as variáveis com poder de explicação se diferenciam em cada modelo.

No modelo que procura medir a existência de gerenciamento de resultados por meio da Provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços, as variáveis VLL, ROE, ROA e REC não foram significativas com o montante de garantias. Contudo, as variáveis END e EST apresentaram-se significativas. Verificou-se que o coeficiente de ambas as variáveis foi negativo (END = $-0,0025650$; EST = $-0,0003542$), conforme esperado pela literatura. Destaca-se que o poder explicativo do modelo é de 59%. Diante dessas evidências, aceita-se a hipótese H_1 .

Os resultados do modelo de provisão para benefícios a empregados demonstram que as variáveis VLL, ROE não são explicadas pelo montante de benefícios a empregados. Verifica-se que as variáveis END, TAM e OBRIGSOCTRAB apresentaram-se significativas. Dentre essas, verificou-se que a variável OBRIGSOCTRAB apresentou um coeficiente negativo, conforme esperado pela literatura ($-0,8532056$). Porém, o sinal da variável END foi positivo, enquanto TAM negativo, inversos aos esperados. Complementa-se que o modelo apresentou um poder explicativo baixo (18%).

Conforme exposto por Martinez (2006, p. 15) no coeficiente do indicador de endividamento, esperava-se que este deveria apresentar um sinal negativo, visto que quanto maior o montante de endividamento, menor será o montante de Provisão para benefícios a empregados. Diante desses achados, aceita-se a hipótese H_2 .

Quanto à provisão para riscos fiscais, os resultados apontam que as variáveis END, REC e OBRIFISC não são explicativas para o montante de riscos fiscais. Contudo, verificou-se que a variável VLL apresentou significância, em linha com o defendido pela literatura. Dessa forma, quando ocorre variação positiva do lucro líquido, a provisão para riscos fiscais aumenta, ou seja, aumenta a variabilidade dos lucros.

Complementa-se que o modelo apresentou um poder explicativo baixo (1%). Diante do baixo poder explicado encontrado, não é possível confirmar a existência da prática de gerenciamento de resultados mediante a cota de provisão para riscos fiscais. Dessa forma, rejeita-se a hipótese H_3 . Pelo resultado mostrado na análise de regressão constante na Tabela 3, os modelos propostos permitem aceitar as hipóteses H_1 e H_2 , refutando a hipótese H_3 .

5 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo analisar se a constituição de provisões estão sendo utilizadas pelas empresas listadas na Bovespa para provocar algum efeito de *accruals* específicos, que evidenciam a prática de gerenciamento de resultados (GR). Para que esse objetivo fosse alcançado, a pesquisa utilizou uma amostra de empresas listadas na BM&FBovespa nos períodos trimestrais de 2011 a 2015. O número de observações variou de acordo com o modelo teórico de gerenciamento de resultados, conforme Tabela 1.

Tendo como base o modelo proposto por McNichols e Wilson (1995), desenvolveu-se três modelos de regressão em dados em painel que foram testados nesta pesquisa, utilizando-se da aplicação de *accruals* específicos para identificar a ocorrência de gerenciamento de resultados por intermédio da conta provisão para garantias de produtos e mercadorias, provisão para benefícios a empregados e provisão para riscos fiscais.

Por meio dos resultados, verificou-se que no modelo de Provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços que as variáveis END e EST apresentaram-se significativas e explicadas. Sendo que as variáveis END e EST apresentaram um coeficiente negativo, conforme esperado pela literatura. Quanto a conta provisão para benefícios a empregados, os resultados demonstram que as variáveis END, TAM e OBRIGSOCTRAB apresentaram-se significativas e explicadas. Sendo que a variável OBRIGSOCTRAB apresentou um resultado negativo. Porém, observou-se que a variável END apresentou um sinal positivo e TAM um sinal negativo, inversos aos esperados. Quanto a conta provisão para riscos fiscais, os resultados apontam que a variável VLL apresentou significância e poder explicativo proporcional ao defendido pela literatura. Em virtude da relação entre a provisão de riscos fiscais e o VLL, considera-se que quando ocorre variação positiva do lucro líquido a provisão para riscos fiscais aumenta, ou seja, aumenta a variabilidade dos lucros.

De modo geral, observou-se a ocorrência da prática de gerenciamento de resultados por contas específicas por meio dos modelos de provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços e de provisão para benefícios a empregados, visto que apresentaram um poder explicativo satisfatório, sendo de 59% e 18%. Porém, o modelo relativo a provisão para riscos fiscais mostrou um poder explicativo fraco. Diante disso, aceitou-se as hipóteses H_1 e H_2 .

Assim, os resultados sugerem que a técnica denominada de *Income Smoothing* é praticada pelas empresas que desejam manipular os lucros, tendo como reflexo essas contas. O mecanismo se dá quando a despesa com provisão é reconhecida no exercício, pelo regime de competência, e um passivo é criado. Desta forma, os lucros da companhia diminuem sem que ocorra alteração no caixa, apresentando diversos reflexos: a base de cálculo tributável, de lucros distribuíveis e demais participações. O inverso pode ocorrer, quando os gestores desejam manipular o lucro para um aparente desempenho em determinado período reportado, com intuito de atrair investidores. Neste artigo, a técnica de GR foi comprovada pelos dois modelos pela significância, porém, nem todas as variáveis se apresentaram significativas.

Sendo assim, a pesquisa cumpriu os requisitos essenciais, quando comprovou que as variáveis independentes associadas com a independente apresentaram poder explicativo com valor significativo. Tal fato demonstra que novos testes devem ser refeitos, incluindo outras variáveis específicas relativas às variáveis dependentes, bem como testar diversas configurações de amostra.

REFERÊNCIAS

- Almeida-Santos, P. S., Machado, D. G. & Scarpin, J. E. (2013) Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 23, n. 4.
- BurgstahleR, D. C. & Eames, M. J.. (2003) Earnings Management to Avoid Losses and Earnings Decreases: Are Analysts Fooled?. *Contemporary Accounting Research*, v. 20, n. 2, p. 253–294, vol. 1.
- Caetano, T. P.; Silva, T. B.; Biesdorf, S. & Leal, E. A. (2010) Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. In: Congresso USP de controladoria e contabilidade, 10. 2010, São Paulo. *Anais...Congresso USP*, São Paulo: FEA/USP.

- Campbell, K.& Sefcik, S.E.; Soderstrom, N.S..(2003) Disclosure of Private Information and Reduction of Uncertainty: Environmental Liabilities in the Chemical Industry. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 21, n. 1, p. 349–378.
- Chavent, M.; Ding, Y.; Fu, L.; Stolowy, H.& Wang, H.. (2006) Disclosure and determinants studies: An extension using the divisive clustering method (DIV). *European Accounting Review*, v. 15, n. 2, p. 181-218.
- Coelho, A. C. & Lima, I. S. (2009) Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: Comparação entre Companhias de Capital Fechado e de Capital Aberto. *Revista de Administração*, v. 44, n. 3, p. 207–221.
- Cohen, D.; Darrrough, M. N.; Huang, R.. & Zach, T.. (2011) Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool? *The Accounting Review*, v. 86, n. 2, p. 569–604, mar.
- Colauto, R. D.& Beuren, I. M.. (2006) A identificação de accruals na sintaxe do lucro contábil: o caso Parmalat Brasil. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 12, n. 2.
- CPC 025. *CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. 2009. (2015) Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- Deangelo, L. (1988) Discussion of Evidence of Earnings Management from the Provision for Bad Debts. *Journal of Accounting Research*, v. 26, n. 1988, p. 32.
- Dechow, P.; Ge, W.& Schrand, C. (2010) Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2-3, p. 344–401.
- Defond, M. L.& Park, C. W. (1997) Smoothing income in anticipation of future earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 23, n. 2, p. 115–139.
- Ernest& Young; Fipecafi. (2011) *IFRS: 1º ano – análise sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil 2011*. Ernest & Young Terco.
- Ferrari, Ed Luiz. (2013) *Contabilidade geral-revista, ampliada e atualizada com as seguintes posições dos Pronunciamentos e Interpretações Técnicas do CPC*. Niterói: Impetus.
- Fasolin, L. B.& Klann, R. C. (2015) Gerenciamento De Resultados Por Accruals Específicos em Empresas Familiares Brasileiras. In: IX Congresso Anpcont, p. 1–18, 2015. Anais... Congresso Anpcont, Fortaleza.
- Fávero, L. P.; Belfiore, P.; Silva, F.L.& Chan, B.L. (2009) *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fernandes, J. F. C.. (2015) *Fatores determinantes da constituição das provisões em Portugal e no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças), Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Instituto Politécnico do Porto, Porto.
- Fonteles, I. V.; Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., Rebouças, S. M. D. P.. (2014) Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 4.
- Formigoni, H.; Antunes, M. T. P.& Paulo, E.. (2009) Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. *BBR Brazilian Business Review*, v. 6, n. 1, p. 44-61.

Formigoni, H.; Antunes, M. T. P.; Paulo, E.; Pereira, C. A.. (2012) Estudo sobre os incentivos tributários para o gerenciamento de resultados contábeis nas companhias abertas brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 9, n. 1, p. 41–52.

Gleason, C. A.& Mills, L. F. (2002) Materiality and contingent tax liability reporting. *The Accounting Review*, v. 77, n. 2, p. 317-342.

Gomes, A. C. (2013) Ativos Fiscais Diferidos e o Gerenciamento de Resultados Contábeis. In: 13º Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo. *Anais...* Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Goulart, A. M. C. (2015) *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17032008-124153/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

Graham, J. R.; Harvey, C. R.& Rajgopal, S. (2005) The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 40, n. 1-3, p. 3–73.

Healy, P. M.; Wahlen, J. M. (1999) A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, v.13, n.4, p.365-383.

Healy, P. M. (1985) The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, v. 7, n. 1-3, p. 85–107.

Iudícibus, S. de; Martins, E.; Gelbcke, E. R.; Santos, A. dos. (2010) *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. In: Fipecafi, orgs. São Paulo: Atlas.

Joia, R. M. (2012) *Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto*. 2012.62 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto- USP, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Martinez, A. L. (2001) “Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. São Paulo, 2001, Brasil: Universidade de São Paulo (USP).

Martinez, A. L. (2006) Minimizando a Variabilidade dos Resultados Contábeis: Estudo Empírico do Income Smoothing no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 2, n. 1, p. 9–25.

Martinez, A. L.& Cardoso, R. L. (2009) Gerenciamento da informação contábil no Brasil mediante decisões operacionais. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 15, n. 3, p. 600-626.

Martinez, A. L. (2013) Gerenciamento de resultados no Brasil: um *survey* da literatura. *BBR- Brazilian Business Review*, v. 10, n. 4, p. 1-31.

Martinez, A. L.& Sonegheti, K. S.. (2015) Contingências fiscais em face das mudanças de incidência do pis e da cofins. In: IX Anpcont, 2015. Curitiba. *Anais...* Curitiba, ANPCONT.

McNichols, M.&Wilson, G. P. (1988) Evidence of Earnings Management from the Provision for Bad Debts. *Journal of Accounting Research*, v. 26, n. 1, p. 1.

Melo, I. I. S. L. & Paulo, E. (2011) Análise do Modelo Operacional utilizado nas Pesquisas sobre Detecção de Gerenciamento dos Resultados Contábeis. In: III Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade, João Pessoa, 2011. *Anais...* EnEPQ, João Pessoa.

Nannini, L. C. & Salotti, B. M. (2009) *IAS 37 - Provisões, contingências passivas e contingências ativas*. In: Ernest e Young FIPECAFFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas.

Oliveira, A. F.; Benetti, J. E. & Varela, P. S. (2011) *Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa*. In: V Anpcont, 2011. Vitória. *Anais...* Congresso Anpcont, Espirito Santo.

Paulo; Martins, E. & Corrar, L. J. (2007) Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n.1, São Paulo.

Pereira, A. C. F. A Contabilidade ambiental: a sua revelação no relato financeiro. *Jornal de Contabilidade*, n. 367. Out. 2007. P. 320-332.

Ribeiro, A. de C. (2015) *Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-17052012-114448/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

Rodrigues, A. (2008) *Gerenciamento da informação contábil e regulação: evidências no mercado brasileiro de seguros*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rodrigues, A. (2008) Gerenciamento da Informação Contábil: Pesquisas Empíricas Realizadas no Mercado Norte-Americano de Seguros. In: XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* ENANPAD, Rio de Janeiro.

Rodrigues, A. & Martins, E. (2006) Gerenciamento da informação contábil através das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras. *Revista Universo Contábil*, v. 6, n. 1, p. 46-66, 2009.

Roychowdhury, S. Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, v. 42, n. 3, p. 335-370.

Santos, A. & Paulo, E. (2006) Diferimento das perdas cambiais como instrumento de gerenciamento de resultados. *BBR- Brazilian Business Review*, v. 3, n. 1, p. 15-31.

Scarpin, J. E.; Macohon, E. R. & Dallabona, L. F. (2014) Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 22.

Stubben, S. R. (2010) Discretionary revenues as a measure of earnings management. *The Accounting Review*, v. 85, n. 2, p. 695-717.

Tang, T. Y. (2006) Book-tax differences: a function of accounting-tax misalignment, earnings management and tax management: empirical evidence from China. In: *American Accounting Association Annual Meeting, Washington DC*.

Tsakumis, G.T. (2007) The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. *Abacus*, v. 43, n. 1, p. 27-48.

Xiong, Y. (2006) Earnings management and its measurement: a theoretical perspective. *The Journal of American Academy of Business*, v. 9, n. 1, p. 214-219.